

Docentes escolhem diretorias nacional, regional e local da categoria no biênio 2016-2018

Marcadas para os dias 10 e 11 de maio, as eleições da ADUA e do ANDES-SN ocorrerão simultaneamente nas unidades acadêmicas da capital e de fora da sede para que a categoria escolha seus representantes legais. Na Ufam, mais de 900 docentes estão aptos a comparecer às urnas, conforme o Regimento Eleitoral. **Página 8 e 9**

ENTREVISTA

Especialista aponta os riscos do interesse privado na universidade

Página 12



PREPARATÓRIO

Foto: Anderson Vasconcelos



2º ENE Amazonas discute os desafios da Educação no Estado e no país

Evento será realizado nos dias 6 e 7 de maio na Ufam, em preparação à etapa nacional, programada para os dias 16, 17 e 18 de junho, em Brasília, com o tema "Por um projeto classista e democrático de Educação". **Página 4 e 5**

SAÚDE MENTAL

Alunos da FM buscam assistência psicológica

Página 3

ENCONTRO

Seções da Regional Norte 1 discutem ações em defesa da universidade pública

Página 10

CONQUISTA

Projeto demandado por comunidade indígena leva prêmio nacional

Página 11

Em maio vamos eleger as novas diretorias do ANDES-SN e da ADUA, para o biênio 2016-2018. Nos dois casos, as eleições transcorrem sob o mesmo cenário de chapa única. No ambiente acadêmico, a situação de “chapa única” é, por si só, bastante ilustrativa. A inexistência de disputa parece indicar – aliás, pode-se mesmo afirmar! – que não há uma disputa em torno de concepções diferentes de Universidade Pública, nem tampouco de como administrar a instituição universitária, ou mesmo de condução do movimento docente. A inexistência de grupos docentes defendendo ideias diferentes em disputa evidencia que não há um projeto de Universidade Pública diferente daquele defendido pelo ANDES-SN e pela

ADUA. A situação de “chapa única” remete à constatação de que aqueles que rejeitam os alertas do sindicato, de que a Universidade Pública está morrendo, destruída pelas medidas restritivas dos governos federais que impõem cortes orçamentários e restrição de pessoal, estão tomados de uma cegueira acrítica, ou por oportunismo conivente, ou mesmo por uma cumplicidade passiva, que contribuem para a insolvência do ensino superior público no país. Opor-se aos encaminhamentos sindicais e rebelar-se contra as deliberações docentes legitimamente tomadas em assembleias da categoria não basta; não basta e não é nada construtivo. Ao contrário, é totalmente destrutivo, tanto para a luta pelos direitos trabalhistas dos do-

centes, como para a própria Universidade Pública. O necessário, se o que se pretende é a defesa de uma instituição universitária, é tomar nas próprias mãos a construção cotidiana da Universidade Pública, em particular da Ufam, para que ela seja verdadeiramente uma instituição amazônica comprometida com a sociedade externa e voltada para a produção de conhecimento a um só tempo de excelência acadêmica e socialmente referenciado. Ir às urnas nos próximos dias 10 e 11 de maio não é apenas eleger as novas diretorias do ANDES-SN e da ADUA, é mais um ato em defesa da Universidade Pública, gratuita, de qualidade, pela qual muitos de nós têm dedicado parte de seu tempo e de suas energias.

Notas

Março marcado por Encontros das Regionais do ANDES-SN

O mês de março foi movimentado para três regionais do ANDES-SN com a realização de encontros agendados para dar continuidade aos debates e sequência aos encaminhamentos do 35º Congresso, realizado no final de janeiro, em Curitiba (PR). O 7º Encontro da Regional Nordeste II, na sede da Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (Aduern – Seção Sindical do ANDES-SN), em Mossoró (RN), realizado entre os dias 4 e 5 de março, foi o primeiro. Também no dia 5 ocorreu o Encontro da Regional Sul, na sede da Regional, em Curitiba (PR). Fechando o mês a Universidade Federal do Oeste do Pará sediou, entre os dias 17 e 18 daquele mês, o Encontro da Regional Norte 2, em Santarém (PA).

Reforma do governo prevê demissão voluntária

No dia 21 de março o governo divulgou os detalhes da proposta de Reforma Fiscal, anunciada em fevereiro, que limita o gasto público federal. As medidas englobam um plano de auxílio aos Estados e ao Distrito Federal, um limite para o crescimento do gasto, um Regime Especial de Contingenciamento (REC) e a possibilidade de usar depósitos remunerados como instrumento secundário de política monetária. A proposta precisa ser enviada ao

Congresso Nacional. As medidas, que buscam manter o pagamento de juros e amortizações da dívida ao sistema financeiro e aumentar a arrecadação da União, atingem diretamente o serviço público e programas sociais.

PEC 395/14 é adiada

O Plenário aprovou no dia 22 de março deste ano o adiamento por cinco sessões da votação da Proposta de Emenda à Constituição 395/14, do deputado Alex Canziani (PTB-PR), que permite às universidades públicas cobrarem pela pós-graduação *lato sensu*. A proposta está sendo analisada em segundo turno. A intenção da PEC, segundo o autor, é reforçar o caixa das universidades. Atualmente, algumas instituições que cobram por esses cursos têm sido contestadas na Justiça

devido à previsão Constitucional que assegura acesso gratuito a todos.

Dia Nacional de Lutas 1º de abril

Milhares de manifestantes saíram às ruas no dia 1º de abril, Dia Nacional de Lutas convocado pela CSP-Conlutas e pelo Espaço de Unidade de Ação. Paralisações, manifestações e atos públicos, em diversos estados do país, marcaram a posição contrária às políticas de retirada de direitos dos trabalhadores e ao ajuste fiscal em curso promovidos pelos governos federal, estaduais e municipais. Foram registrados atos em capitais como São Paulo (SP), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), Natal (RN), Rio de Janeiro (RJ), São Luís (MA), Salvador (BA) e Belo Horizonte (BH).

charge



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES-SN.

Diretoria: José Alcimar de Oliveira (Presidente), Lino João de Oliveira Neves (1º Vice-presidente), Aldair Oliveira de Andrade (2º Vice-presidente), Ana Lúcia Gomes (1ª Secretária), Antônio Batista da Silva (2º Secretário), José Humberto Michiles (1º Tesoureiro) e Ana Cristina Belarmino (2ª Tesoureira).

Jornalista Responsável: Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491), Daniel Amorim (SRTE-AM 584)

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)

Fotografias: Anderson Vasconcelos, Annyelle Bezerra, Daniel Amorim e divulgação

Impressão: Gráfica Amazonas. 2000 exemplares.

Fone/Fax: (92) 3088-7009 / 3305-4103

e-mail: aduass@uol.com.br, imprensa.adua@gmail.com

Endereço: Av. General Rodrigo Octávio, 3000, Campus Universitário da Ufam, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas.

Site: www.adua.org.br

SAÚDE MENTAL

Estudantes da FM buscam assistência psicológica para superar estresse e vícios

Foto: Anderson Vasconcelos

Em 2013, professores ligados à coordenação do curso de Medicina da Ufam identificaram um aumento no número de alunos que começaram a procurar a coordenação do curso em busca de assistência psicológica. O consumo de drogas e o estresse foram os principais problemas citados pelos estudantes.

Uma comissão foi criada para analisar a situação. “Percebemos então que algo deveria ser feito urgentemente”, lembra o coordenador do curso de Medicina, Alexandre Miralha. Uma das soluções para o problema foi encontrada pela professora do Departamento de Clínica Médica, Selma de Jesus Cobra, que realizou visitas a núcleos de apoio aos estudantes da Universidade de São Paulo (USP) e da Escola Paulista de Medicina.

A troca de informações serviu para fundamentar a criação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante de Medicina, aprovada em reunião do Conselho Departamental da Faculdade no final de fevereiro. Ainda em fase de estruturação, o Núcleo dispõe de um psicólogo e uma assistente social.

“Precisamos, além disso, da atuação de um pedagogo para avaliar a relação entre aluno e professor”, diz Selma. “Nosso objetivo é transformar o núcleo em programa”, complementa. A criação de núcleos de atendimento ao estudante nas universidades é uma exigência do Ministério da Educação (MEC).

Na primeira fase do atendimento, os graduandos passam por uma triagem. Os casos que sinalizam maior atenção são encaminhados ao Centro de Ação Integral à Saúde (Cais), vinculado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progesp).

Selma destaca a importância das atividades de pesquisa no processo de elaboração do Núcleo. “A iniciativa foi beneficiada por informações obtidas por meio de projetos de extensão e de iniciação científica, por exemplo”, explica. Atualmente, a professora, junto com o docente Alexandre Miralha, integra a coordenação do Núcleo.

Contato

No âmbito da Faculdade de Medicina (FM), a exaustiva carga horária e a falta de contato com a família são as principais causas dos problemas, na opinião dos professores do curso.

“Muitos alunos têm que assistir aulas de manhã e à tarde. Além disso, ao chegar à universidade, alguns já sofrem com algum tipo de transtorno”, diz Miralha. “Alguns estudantes vêm de outras cidades do Brasil e se deparam com uma realidade diferente daquela que imaginavam. Isso causa um



Na primeira fase do atendimento, os alunos passam por uma triagem



De forma geral, os casos chegam até nós por meio de relatos, feitos por alunos ou colegas de trabalho que podem indicar algum tipo de problema, afirma coordenadora do DQSV



choque”, analisa Selma. Na opinião do professor Alexandre Miralha, o avanço tecnológico e a própria evolução das doenças têm influência nesse contexto.

“Os avanços da sociedade da informação, em paralelo à evolução da Medicina e das doenças, estabeleceram novos desafios aos estudantes da área. O nível de exigência agora é maior”, esclarece Miralha.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante de Medicina funciona no 3º andar do Ambulatório Araújo Lima (rua Apuriná, nº 4, praça 14 de Janeiro), nos seguintes horários: segunda (8h às 12h), quarta (8h às 18h), quinta (8h às 12h) e sexta (14h às 18h).

Fatores externos

Para a professora Nikeila Conde, diretora do Departamento de Saúde e Qualidade de Vida (DQSV), apesar dos elementos levantados pelos professores da FM, não há estudos que comprovem a relação entre o ambiente de trabalho e o adocimento da comunidade acadêmica. “Os problemas psicológicos estão associados a diversos fatores, como questões familiares e financeiras”, exemplifica.

Vinculado à Progesp, o DQSV oferece atendimento a servidores em situação de vulnerabilidade psicológica. “De forma geral, os casos chegam até nós por meio de relatos, feitos por alunos ou colegas de trabalho, que podem indicar algum tipo de problema. O servidor então é convidado a participar da escuta clínica. Após esse processo, é possível saber se o caso demanda uma psicoterapia breve ou encaminhamento aos Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS)”, explica Lúcia Aires, coordenadora do setor de Desenvolvimento Social. “Porém, o sucesso do tratamento depende do empenho conjunto de profissionais e do próprio paciente”, ressalta Lúcia.

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Etapa local do 2º ENE ocorrerá

Passados quase dois anos da realização da 1ª edição do Encontro Nacional de Educação (ENE) – Etapa Local, professores, técnicos em educação e estudantes, bem como representantes de entidades sindicais e sociais ligadas ao setor voltam a se reunir para debater os desafios da educação no Amazonas e no país. O 2º ENE Amazonas será realizado nos dias 6 e 7 de maio, na Faculdade de Ciências Agrárias (FCA) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

O encontro é preparatório para a edição nacional do evento, programada para ocorrer de 16 a 18 de junho, em Brasília, e que este ano traz como tema “Por um projeto classista e democrático de educação”. “O 2º ENE é mais um passo no processo de reconstrução de um espaço de unidade classista para defesa do projeto de educação pública que queremos”, disse o 1º secretário do ANDES-SN, Jacob Paiva, um dos articuladores do Comitê em Defesa da Escola Pública do Amazonas.

O evento é aberto ao público em geral. Para participar é necessário efetuar inscrição por meio do formulário disponível na página <http://goo.gl/forms/jsZoAHlj04>. Ao fim do encontro, os participantes receberão certificado de 12h. Outras informações ou dúvidas podem ser esclarecidas por meio do endereço eletrônico 2eneamazonas@gmail.com.

Eixos temáticos

Além das contribuições sobre “Financiamento e Democratização” e “Acesso e Permanência”, destaques da discussão na 1ª edição do evento, a Etapa Amazonas do ENE deste ano amplia o foco do debate com a inserção de outros quatro eixos: “Trabalho

e formação dos trabalhadores em educação”, “Gênero, orientação sexual e questões étnico-raciais”, “Gestão” e “Avaliação”.

“Não é qualquer educação que interessa ao processo de emancipação da classe trabalhadora. A concepção presente no atual PNE (Plano Nacional de Educação) tem cunho bastante privatista, uma vez que da creche até à pós-graduação a educação é ofertada como um serviço”, criticou Paiva. Para ele, a atual conjuntura requer esforço maior da sociedade contra o “recrudescimento de uma política educacional autoritária, de formação unilateral e com conhecimento destituído de boa parte do acervo cultural que possibilita uma visão e concepção de mundo”.

Cenário

O 1º vice-presidente do Regional Norte 1 do ANDES-SN, professor Tomzé Vale, avalia que a realização do ENE em meio a um cenário político indefinido não impõe mudanças quanto à luta dos educadores.

EIXOS DE DEBATE DO 2º ENE

- 1 – Financiamento
- 2 – Trabalho e formação de trabalhadores da Educação
- 3 – Acesso e permanência
- 4 – Gênero, orientação sexual e questões étnico-raciais
- 5 – Gestão
- 6 – Avaliação



A Etapa Amazonas do ENE deste ano amplia o foco do debate

“Independentemente das alternativas que aparecem na atual conjuntura, os desafios já estão colocados: a educação vai ser atacada”, analisa. “Sobretudo quanto à autonomia e ao financiamento, eixos basilares da educação pública”, lamenta.

Para a estudante da Ufam e integrante da Assembleia Nacional de Estudantes – Livre (Anel), Débora Massulo, um dos eixos mais importantes do debate é “Acesso e Permanência”. “Os governistas alegam democratização da universidade e aumento no número de estudantes, mas muitos cotistas não conseguem se manter na instituição por falta de uma política de assistência estudantil”, disse, lembrando a recente experiência de um amigo que teve de abrir mão da faculdade e voltar ao mercado

Saiba mais sobre os eixos temáticos

FINANCIAMENTO

Para a construção de um sistema de educação pública, universal e de qualidade, que tenha como característica a produção de conhecimento crítico para as demandas da população e dos trabalhadores é necessário o financiamento adequado com verbas públicas. A independência da gestão financeira das creches, escolas e universidades é fundamental para a autonomia pedagógica e científica para que não se submetam aos interesses de empresas e grupos que as financiam.

TRABALHO E FORMAÇÃO DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

O debate da nova morfologia do trabalho e as repercussões sobre trabalho docente e não docente envolve a discussão sobre a intensificação e a precarização das condições de trabalho e infraestrutura, as formas de contratação, a carreira, o salário e a perda da autonomia profissional. As características da formação e da valorização dos trabalhadores da educação, bem como as novas Diretrizes Curriculares para Formação e o debate sobre a Base Nacional Comum Curricular, enquanto padronizadora dos conteúdos a serem ministrados na educação básica, também devem entrar em pauta. Da mesma forma, o papel do Sindicato para a resistência e avanço da categoria.

ACESSO E PERMANÊNCIA

Acesso e permanência precisam ser a garantia de uma educação universal, pública, gratuita, laica de qualidade e socialmente referenciada, da creche até a universidade, com um projeto político-pedagógico que garanta uma educação inclusiva e que apresente condições de acesso e permanência para toda a classe trabalhadora. Uma educação que inclua pobres, negros, indígenas, quilombolas, mulheres, mães, LGBTs, adultos e crianças com deficiências físicas ou intelectual de qualquer natureza. É necessário garantir o passe livre, o fim das avaliações meritocráticas, a ampliação e construção de residências estudantis e garantia de restaurante nas escolas e universidades que garanta no mínimo três refeições por dia, uma escola democrática e que permita a participação de todos nas decisões administrativas e pedagógicas.

nos dias 6 e 7 de maio na Ufam

Foto: Anderson Vasconcelos



Debate com a inserção de outros eixos

de trabalho, em virtude do corte de bolsas estudantis. “Ele não tem como se manter”, afirmou.

Na avaliação do professor da rede básica de ensino e integrante do Movimento de Oposição dos Professores da Educação Básica, Gilberto Vasconcelos, os desafios são os mesmos de 2014, porém aprofundados. Está em curso uma tendência maior de desmoralização dos profissionais da educação, por meio de assédio e falta de respeito, por parte de quem dirige o processo educacional e ainda de gestores escolares”, denuncia. Para ele, não há outra saída: é preciso promover o combate sistemático dessas situações. “Que essa discussão irradie para as escolas e universidades”, completa.

GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL E QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

É preciso articular as questões de gênero, classe, etnia/raça, sexualidade, orientação sexual e cultura incluindo aí as concepções religiosas e garantir a visibilidade das culturas indígenas, da luta das mulheres, negros, LGBTs, pessoas com deficiência, idosos/as e todos aqueles e aquelas pessoas que fogem ao padrão opressor de beleza propagandeado na sociedade, incluindo no processo de formação continuada dos/as professores/as e não docentes a multiculturalidade e a diversidade como elementos fundamentais para quem atua nas instituições de educação pública. É preciso romper com essa lógica opressora para avançar para um projeto de educação classista e democrático.

ENTIDADES INTEGRANTES DO COMITÊ LOCAL

ANDES-SN/REGIONAL NORTE 1

ADUA

SIND-UEA

SINASEFE

SINTESAM

ANEL

MOVIMENTO ESQUERDA SOCIALISTA

MOVIMENTO LUTA POPULAR

COLETIVO LUTA EDUCADOR

LRP

JUVENTUDE DO PSTU

CABIOTEQ

MEPR

MLP

CSP-CONLUTAS

OPOSIÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Espaço político

“O acesso à educação é condição indispensável para que esse país seja uma sociedade de direito, feita de cidadãos. Não podemos pensar na possibilidade de uma cidadania ignorante. O Encontro Preparatório ao 2º ENE é um espaço político para a discussão desse direito fundamental e sempre negado. A grande tragédia da educação brasileira reside, também, na falta de percepção política dessa tragédia. Por isso somos chamados, por meio de nossa ADUA, a fazer esse grande debate. A

GESTÃO

Um projeto classista para a Educação deve passar pelo debate sobre administração escolar, especialmente no atual contexto em que a ideia de gestão tem sido recorrente no discurso oficial, mascarando uma imposição de lógicas privatistas na Educação Pública. Os governos vêm tentando impor uma lógica empresarial às escolas e universidades, indicando para a gestão profissionais pouco afins à prática pedagógica, voltados exclusivamente à preocupação de poupar ou “otimizar” recursos, com prejuízos diretos à prática educativa. Isso quando não buscam entregar a gestão escolar a Organizações Sociais (OSs), abertamente privatizando a Educação, ou mesmo à Polícia Militar, como ocorre atualmente em Goiás.

miséria educacional é um dos mais graves passivos da imatura e frágil democracia brasileira”, assinala o professor Alcimar Oliveira, presidente da ADUA.

Programação

O evento está programado para iniciar às 18h do dia 6, no auditório Sumaúma, na Faculdade de Ciências Agrárias (FCA), no Setor Sul do Campus Universitário, com a mesa de abertura “Conjuntura e Educação”, com a fala de representantes das entidades promotoras do encontro preparatório.

A programação segue com a conferência “A luta por uma educação pública, democrática, laica e emancipatória”, a ser proferida a partir das 19h, pelo professor Jacob Paiva, 1º secretário do ANDES-SN e um dos coordenadores do Grupo de Trabalho Política Educacional (GTPE) do Sindicato Nacional, seguida de debate com participação do plenário. A noite encerra com atividade cultural, a partir das 21h.

No dia seguinte, das 9h às 12h, os participantes integrarão grupos de trabalho para discutir os eixos propostos para esta edição do evento. O grupo I trata de “Gestão: democracia, eleições, conselhos e autonomia”. Já os grupos II e III concentram as discussões sobre “Acesso e Permanência: moradia, transporte, alimentação, bolsas, creches, ENEM, SISU, Vestibular e cotas” e “Gênero, Orientação Sexual, Questões Étnico-raciais”, respectivamente. Essas atividades ocorrem nas salas da FCA.

Das 14h30 às 18h, a programação segue com a consolidação do relatório dos grupos de trabalhos. A plenária de encerramento está marcada para as 18h30. O resultado da etapa local será apresentado na edição nacional do evento.

AValiação

O atual modelo de avaliação educacional adotado no Brasil é punitivo e meritocrático, o que não garante a qualidade da Educação, senão ao contrário, contribui para a precarização da Educação Pública. A qualidade da educação ficou vinculada aos indicadores quantitativos, tornando os números, os índices alcançados nas Provas Brasil, Enem, Enade, a representação da excelência. Avaliar não é punir ou premiar e, por isto, não deve servir para forjar a constituição de *rankings* entre instituições. É preciso estabelecer a garantia da autonomia das instituições de ensino para avaliar o trabalho e, de forma democrática a partir dos seus projetos pedagógicos, sem vincular desempenho a financiamento.

RESISTÊNCIA

Universidades estaduais intensificam mobilização e deflagram greves

Foto: Divulgação Sintuperj

Docentes de universidades estaduais de diversas partes do país estão mobilizados contra os ataques praticados pelos governos contra os serviços públicos, em especial à Educação. O não cumprimento dos acordos firmados no ano passado, a diminuição no repasse de verbas e o não pagamento de salários estão entre os pontos reivindicados pela categoria.

No Piauí, docentes e técnico-administrativos da universidade estadual (Uespi) deflagraram, em assembleia conjunta, greve imediata das categorias no dia 18 de abril. Além da exigência da revogação imediata da Lei de Enquadramento (6.722/2016), a greve da categoria cobra a implantação imediata das progressões de carreira e mudanças de regime que foram barradas antes do dia 2 de março, data da publicação da lei.

Necessidades urgentes, como a garantia do quadro de docentes e técnicos efetivos exigidos para a validação de cursos, o pagamento de bolsas de assistência estudantil para a comunidade discente, juntamente com o pagamento da Bolsa Alimentação dos técnico-administrativos, abertura de editais para concurso e a construção de bibliotecas e laboratórios, também estão na pauta de reivindicações do movimento.

Docentes da Uepa paralisam atividades

Em conjunto com os demais servidores estaduais do Pará, os docentes da Universidade Estadual do Pará aprovaram estado de greve e realizaram dois dias (14 e 15 de abril) de paralisação geral no estado. Na quinta (14), os docentes se uniram à paralisação geral do funcionalismo público estadual e participaram de um ato em frente à Secretaria de Estado da Administração (Sead) do Pará. Já na sexta, a comunidade acadêmica realizou atividades, como aula pública e panfletagens, com o objetivo de mostrar a situação precária que vivencia a universidade.

De acordo com a coordenadora geral do Sindicato dos Docentes da Uepa – Seção Sindical do ANDES-SN (Sinduepa SSind), Zaira Valeska, os docentes decidiram acompanhar o estado de greve proposto pelo Fórum das Entidades Estaduais dos Servidores Públicos, como ação da campanha unificada dos servidores públicos estaduais, para pressionar a abertura de negociação com o governo.

Os docentes têm também uma pauta específica, na qual cobram o cumprimento do acordo da greve de 2015, que prevê, entre outros pon-



Servidores sofrem com o parcelamento de salários e outros ataques

tos, o aumento salarial com base, no mínimo, no percentual de reajuste do Piso Nacional do Magistério (11,36%), que deveria ter sido pago em janeiro; atualização do Plano de Cargos, Carreira e Remunerações (PCCR); ampliação de vagas do quadro docente para realização de concurso público e efetivação das progressões na carreira; reformas estruturais nos *campi* da capital e do interior; compra de equipamentos, de materiais pedagógicos e acervo bibliográfico; e o aumento do orçamento da universidade, de modo a garantir o desenvolvimento do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão.

Mobilização também na Uemg e Unimontes

Os docentes das universidades estaduais de Minas Gerais (Uemg) e de Montes Claros (Unimontes) realizaram, no dia 18 de abril, um dia de paralisação e mobilização para protestar contra o não cumprimento do acordo de incorporação das gratificações ao vencimento básico e proposta de reajuste zero dos salários.

Na pauta de luta dos docentes estão ainda a cobrança por concursos públicos; reajuste imediato dos vencimentos, para reparar as perdas ocorridas desde 2011; reparação de danos materiais e morais aos professores atingidos pela Lei 100; dotação orçamentária baseada na Receita Corrente Líquida do Estado, garantindo a autonomia universitária; implementação de Estatuintes nas Universidades Estaduais; e revisão da Lei 15.463/2005, que regulamenta a carreira docente.

Mobilizações e greves

Nos últimos meses, os docentes de diversas instituições do país estão sentindo o peso dos cortes nas verbas públicas promovidos pelos governos federal, estaduais e municipais, que impactam diretamente nas instituições públicas, como as universidades, e nos direitos dos servidores públicos. No Rio de Janeiro, 33 categorias de servidores estaduais estão em greve, incluindo os docentes das universidades estaduais do Rio de Janeiro (Uerj), da Zona Oeste (Uezo), e do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf).

Na área da Educação, os servidores estão em greve geral e têm protagonizado junto com as demais categorias do funcionalismo público diversas mobilizações contra os sucessivos ataques, promovidos pelo governo estadual, aos direitos dos servidores públicos e serviços públicos no estado. A comunidade acadêmica da Uezo e da Uerj realizaram atos, nos dias 12 e 13 de abril, respectivamente, com o intuito de denunciar a sociedade a precariedade em que vivem as universidades.

O caso é semelhante na Universidade Estadual do Amapá (Ueap), onde os docentes estão em greve pela necessidade de maior orçamento para as instituições, entre outros pontos. No Rio Grande do Sul, desde o ano passado, os servidores sofrem com o parcelamento dos salários. Bahia, Ceará, Paraná e São Paulo também sofrem ataques.

QUALIDADE AFERIDA

Foto: Daniel Amorim



Para o coordenador da CPA da Ufam, o ingresso de novos professores na instituição é uma das possíveis causas da maior adesão

Autoavaliação Institucional da Ufam registra aumento na participação docente

No período de dezembro de 2015 a fevereiro deste ano, professores, alunos e técnicos administrativos da Ufam tiveram a oportunidade de expor opiniões sobre a atual situação da universidade. Além disso, puderam sugerir ações para a melhoria de aspectos considerados críticos na instituição. Por meio de um questionário disponibilizado na plataforma e-campus, a comunidade acadêmica deixou sua opinião sobre a função da instituição, e sobre quais problemas devem ser resolvidos.

A iniciativa, chamada de Autoavaliação Institucional, foi estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC) em 2004 e integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). É o principal recurso de que o governo federal dispõe para verificar a qualidade do ensino nas universidades, tanto públicas como privadas.

“A importância dessa ação, contudo, permanece desconhecida por grande parte da comunidade acadêmica. Segundo a pesquisa, cerca de 60% das pessoas não conhece o sistema de autoavaliação”, afirma o presidente da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Ufam, professor Raimundo Passos. “Nossa tarefa, agora, é promover uma maior partici-

pação das pessoas nesse processo”, complementa.

Na última avaliação apenas 8,1% dos alunos responderam ao questionário. O grupo foi dividido em duas categorias: presenciais (cursos regulares) e especiais (alunos de ensino à distância e Programa de Formação Docente). Já os técnico-administrativos registraram presença de 9,1%. Por outro lado, houve aumento no índice de participação dos professores: de 21% no ano passado para 24,5% (431 docentes) em 2016.

“É um aumento significativo, pois novos professores entraram na universidade. Isso pode ser atribuído ao reconhecimento da avaliação como uma forma de reivindicar melhorias”, sugere Passos.

Estratégias

O questionário abrange dez dimensões, como infraestrutura, responsabilidade social e a missão da universidade. Além disso, é possível averiguar a opinião da comunidade sobre a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o documento que traz uma série de estratégias para o desenvolvimento da universidade

ao longo de dez anos.

O Relatório de Autoavaliação Institucional deste ano foi produzido pela CPA e pelas onze Comissões Setoriais de Avaliação (CSA), a partir dos dados coletados nos questionários. O relatório, que deverá ser disponibilizado no site da Ufam ainda este mês, apresenta uma análise qualitativa dos resultados para o aperfeiçoamento da instituição.

“Não é possível destacar um problema em especial, pois todas as dimensões da vida acadêmica estão relacionadas. Por isso, preferimos fazer uma avaliação geral”, explica Passos.

Já o processo de avaliação externa é realizado pelo MEC, por meio do Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Esta etapa também leva em conta as notas obtidas pelos cursos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). Ao final do processo, o órgão determina o recadastramento (ou não) das universidades junto ao MEC.

“Curiosamente, as dificuldades citadas pelos alunos formandos também podem ser identificadas no processo de autoavaliação”, observa Passos.

ELEIÇÕES

Filiados da ADUA vão às urnas e

Foto: Anderson Vasconcelos

Mais de 900 docentes da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), sindicalizados da ADUA, estão aptos a exercer o direito de voto nos dias 10 e 11 de maio durante as eleições para a escolha da nova diretoria da seção sindical, para o biênio 2016-2018. Previsto para ocorrer nas unidades acadêmicas da capital e de fora da sede, o pleito ocorre em concomitância com a escolha da nova direção do ANDES-SN, para igual período de gestão.

A chapa "ADUA Combativa: Ampliar a unidade em defesa da universidade pública", composta por sete professores de diferentes unidades acadêmicas da Ufam e encabeçada pela professora Guilhermina Terra, do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), é a única candidata no processo.

Inscrita na data de encerramento do período de inscrição, realizado entre os dias 14 de março e 08 de abril, a chapa "ADUA Combativa" é integrada também pelos professores Aldair Andrade (IEAA – Humaitá), Welton Oda (ICB), Kátia Vallina (ICHL), Laura Miranda (IEAA – Humaitá), Maria Rosário do Carmo (ICE) e José Humberto Michiles (FES), candidatos aos cargos de 1º vice-presidente, 2º vice-presidente, 1ª secretária, 2ª secretária, 1ª tesoureira e 2º tesoureiro, respectivamente.

Presidente da Comissão Eleitoral Central (CEC), a 1ª Secretária da atual diretoria da ADUA, Ana Lúcia Gomes, afirma que a expectativa era de que mais de uma chapa participasse da disputa local, mas apenas uma compareceu no dia do encerramento do prazo.

A eleição conjunta para a diretoria do ANDES-SN e da ADUA, gestão 2016/2018 foi aprovada em Assembleia Geral da categoria realizada no dia 9 de março. O Edital de convocação de eleição para a diretoria local foi lançado no dia 10 de março. A única chapa concorrente tem o período de 11 de abril a 06 de maio para fazer campanha.

As eleições acontecerão por votação direta e secreta. Estão aptos a votar todos os professores sindicalizados até o dia 11 de março e que estejam em dia com suas contribuições mensais até o dia 11 de abril deste ano, de acordo com o Regimento Eleitoral.

No total, serão 12 urnas, sendo sete na capital e cinco nas unidades acadêmicas fora da sede. Em todas elas, o pleito será aberto às 10h. Naquelas que funcionam em três turnos, as eleições encerrarão às 20h. Nas demais, as urnas ficarão abertas até às 17h.



No total, 12 urnas serão utilizadas no pleito deste ano, sendo sete na capital

CONFIRA O CALENDÁRIO ELEITORAL

Período de inscrição: 10/03 a 08/04/2016

Período de Campanha Eleitoral: 11/04 a 06/05/2016;

Eleições: 10 e 11 de maio

PLEITO DO ANDES-SN CHAPA 1 – UNIDADE NA LUTA

Diretoria Executiva Nacional

Cargo	Nome
Presidente	Eblin Farage (ADUFF)
1º Vice-presidente	Luis Eduardo Acosta Acosta (ADUFRJ)
2º Vice-presidente	Cláudia Alves Durans (APRUMA)
3º Vice-presidente	Olgáises Cabral Maués (ADUFPA)
Secretário Geral	Alexandre Galvão Carvalho (ADUSB)
1º Secretário	Francisco Jacob Paiva da Silva (ADUA)
2º Secretário	Márcio Antônio de Oliveira (APESJF)
3º Secretário	Giovanni Felipe Ernst Frizzo (ADUFPEl)
1º Tesoureiro	Amauri Fragoso de Medeiros (ADUFCG)
2º Tesoureiro	João Francisco Ricardo Kastner Negrão (APUFPR)
3º Tesoureiro	Epitácio Macário Moura (SINDUECE)

em maio para eleger nova diretoria

PLEITO DA ADUA CHAPA ÚNICA

**ADUA
COMBATIVA:
AMPLIAR A
UNIDADE EM
DEFESA DA
UNIVERSIDADE
PÚBLICA**



Guilhermina Terra
Presidente



Aldair Oliveira
1º Vice-Presidente



Welton Oda
2º Vice-Presidente



Kátia Vallina
1ª Secretária



Laura de Castro
2ª Secretária



Rosária do Carmo
1ª Tesoureira



Humberto Michiles
2º Tesoureiro

A urna destinada aos aposentados funcionará exclusivamente na sede da ADUA.

Esta não é a primeira vez que uma professora lidera uma chapa concorrente à diretoria da ADUA. No biênio 1988-1990 a seção sindical teve a professora Maria Izabel de Medeiros Valle, do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), como presidente. Outra mulher que esteve à frente da ADUA, desta vez por dois biênios consecutivos (1994-1997) foi a professora da Faculdade de Educação (Faced), Maria das Graças de Carvalho Barreto. Guilhermina pode se tornar a 3ª Presidente eleita da história da ADUA, em 37 anos.

Eleição do ANDES-SN

No que se refere ao pleito para a escolha da nova diretoria do ANDES-SN, a homologação da única chapa inscrita ocorreu no dia 15 de março e foi divulgada por meio da Circular 02/CEC/2016.

Liderada pela docente da Universidade Federal Fluminense (UFF), Eblin Farage, a Chapa "1 UNIDADE NA LUTA" é composta por 83 nomes, des-

tes 11 voltados a diretoria nacional e seis para a atuação em cada umas das 12 regionais que compõem o Sindicato Nacional.

Além da professora Eblin Farage que concorre à presidência do ANDES-SN está entre os candidatos o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Luis Eduardo Acosta Acosta, concorrendo ao cargo de 1º Vice-presidente. Já o atual 2º Vice-presidente do ANDES-SN, professor Epitácio Macário Moura da Universidade Federal do Ceará concorre a 3º Tesoureiro. Na composição da diretoria nacional aparece também o professor Jacob Paiva, da Ufam, candidato à reeleição ao cargo de 1º Secretário. Outro docente da Ufam Marcelo Mario Vallina, concorre ao cargo de 1º Vice-presidente, pela Regional Norte 1.

Na escolha da nova diretoria do Sindicato Nacional podem exercer o direito de voto todos os docentes sindicalizados ao ANDES-SN até 12 de fevereiro e que estejam em dia com suas contribuições até 7 de março.

Regional Norte I

- 1º Vice-presidente :** Marcelo Mario Vallina (ADUA)
- 2º Vice-presidente:** Leandro Roberto Neves (SESDEF-RR)
- 1º Secretário:** Manuel Estébio Cavalcante da Cunha (ADUFAC)
- 2º Secretária:** Lucia Marina Puga Ferreira (SIND-UEA)
- 1ª Tesoureira:** Ana Cristina Belarmino de Oliveira (ADUA)
- 2ª Tesoureira:** Sandra Maria Franco Buenafuente SESDEF-RR)

CANDIDATOS CRAD 2016/2018

- Instituto de Ciências Econômicas (ICE):** Albertino de Souza Carvalho
- Faculdade de Psicologia (Fapsi):** Ana Cristina Fernandes Martins
- Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FEFF):** Ida de Fátima de Castro Amorim Mourão
- Instituto de Ciências Biológicas (ICB):** Andréa Belém Costa e Maria Linda Flora de Novaes Benetton
- Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL):** Patrícia Melo Sampaio e Aloysio Nogueira de Melo
- Faculdade de Tecnologia (FT):** Suelen Nonata de Souza Marques
- Faculdade de Direito (FD):** Alcebiades de Leiros Cavalcante
- Faculdade de Educação (Faced):** Rosa Helena Dias da Silva
- Faculdade de Estudos Sociais (FES):** Jorge de Moura Barros
- Faculdade de Ciências Agrárias (FCA):** Solange de Mello Veras
- Suplente:** Roseane Pinto Martins de Oliveira
- UNIDADES DE FORA DA SEDE**
- Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente (IEAA/ Humaitá):** Valmir Flores Pinto
- Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ/ Parintins):** Elizandra Garcia da Silva
- Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB/ Coari):** Michel Nasser Corrêa Lima Chamy e Cléber Araújo Gomes
- Instituto Natureza e Cultura (INC/ Benjamin Constant):** Josenildo Santos de Souza

4º ENCONTRO REGIONAL NORTE 1

Foto: Anderson Vasconcelos



Realizado de 28 a 30 de abril, em Manaus, o Encontro, além da multicampia discutiu a dívida pública e os rumos da universidade

Professores discutem precarização e sugerem ações em defesa da universidade

Os desafios que as instituições públicas vêm enfrentando com a expansão da rede de ensino superior foi um dos destaques do 4º Encontro das Seções Sindicais da Regional Norte 1 do ANDES-SN, realizado de 28 a 30 de abril, em Manaus. Durante três dias, docentes das universidades federais e estaduais do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia, filiados às entidades que compõem a base do Sindicato Nacional, trocaram experiências sobre as dificuldades enfrentadas com o crescimento das instituições e sugeriram uma lista de encaminhamentos para mitigar esses problemas.

Realizado no auditório da ADUA, o debate, intitulado “A universidade pública e os desafios da multicampia”, contou com a participação de Epitácio Macário, professor da Universidade Estadual do Ceará e diretor do ANDES, e Lúcia Marina Puga, presidente do Sindicato dos Docentes da Universidade do Estado do Amazonas (Sinduea).

De acordo com Lúcia, a expansão da UEA, que completa quinze anos em 2016, não acompanhou investimentos em infraestrutura e valorização do trabalho docente. “Nas unidades do interior, vários professores não são concursados. Os alunos têm de assistir às aulas em salas alugadas, e a qualidade do acervo bibliográfico é sofrível”, exemplificou.

Além disso, a implantação de cursos no interior baseia-se em critérios pouco específicos, na maioria das vezes submetidos aos interesses de gestores públicos. “Qual o futuro desse projeto de multicampia assentado em bases tão frágeis?”, questiona Lúcia, coordenadora do curso de Arqueologia da UEA.

“Os professores que atuam no interior, de for-

ma geral, não têm infraestrutura urbana e cultural necessária para o exercício de sua profissão”, ressaltou Epitácio Macário, diretor do ANDES. “A expansão das universidades é bem-vinda e necessária. Mas deve-se oferecer condições básicas para isso”, afirmou Macário.

Diante desse problema, o ANDES-SN elaborou, por meio de deliberações do 35º Congresso do sindicato, uma série de propostas para a melhoria da situação dos *campi* fora da sede. A observância dos princípios da Educação Pública, de qualidade e socialmente referenciada, associação entre ensino, pesquisa e extensão e a realização de concursos públicos são os pontos defendidos no programa.

Dívida Pública

Outro destaque do evento foi o seminário “A Dívida Pública e suas consequências para a Educação”, tema apresentado pelos professores José Menezes Gomes, representante da Auditoria Cidadã da Dívida, e Epitácio Macário, da diretoria do ANDES-SN. Na abertura dos trabalhos, Menezes apresentou aos docentes os números da dívida contraída pelo Estado brasileiro e que, apesar dos pagamentos efetuados ao longo dos últimos anos, não para de crescer, gerando prejuízos para os principais setores.

Dados da Auditoria Cidadã da Dívida mostram que o governo destinou, nos últimos três anos, mais de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) do país para o pagamento da dívida pública, enquanto que o investimento nos segmentos da Educação e Saúde não somam sequer 10% das riquezas do Brasil.

“O serviço público está em risco nesse momento. Os servidores públicos estão sendo chamados

para pagar uma dívida que não foi contraída por eles. Ao contrário, uma dívida que foi contraída para atender a demanda dos grandes capitalistas desses países”, alertou Menezes. Para ele, os docentes têm uma missão fundamental. “Nossa tarefa é desconstruir o senso comum que está tomando conta de todos os espaços de desinformação: aquele que diz que o serviço está quebrando o país. Os dados mostram claramente a opção que está colocada pelo governo”, destacou.

Ideia de Universidade

Coordenado pelo professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Flávio Brayner, o debate “A Universidade que Temos; a Universidade que Queremos” analisou, também durante o evento, dez proposições sobre a ideia de universidade almejada por quem defende a universidade pública. Estar atento à produção científica sem esquecer das consequências sociais e éticas dessa produção; prezar pela participação paritária dos três segmentos que compõem a universidade (docentes, discentes e técnico-administrativos); e manter uma inquietação secundária em relação a ranqueamentos, priorizando sempre o fornecimento de respostas às questões urgentes e emergentes da sociedade inclusiva, foram apenas alguns dos tópicos levantados pelo debatedor.

Não aceitar o equívoco de conceitos entre “conhecimento” e “saber”; priorizar a aferição da porosidade entre univervidade e sociedade através da Extensão; e que os docentes sejam admitidos pela aptidão apresentada para o ensino, a aprendizagem, a pesquisa e a gestão também estiveram entre as proposições de Brayner.

FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO

Projeto para exploração sustentável da piaçava leva prêmio nacional

Foto: Divulgação

Uma iniciativa que visa promover o fortalecimento de uma comunidade indígena e o fim das condições análogas ao trabalho escravo em São Gabriel da Cachoeira na extração da piaçava foi a grande vencedora do prêmio “Empreendedorismo Sustentável”, promovido pelo banco Santander. Trata-se do projeto “Nuya’rlitua” (“meu irmão”, na língua Warekena), desenvolvido em parceria pelo curso de Licenciatura Indígena da Ufam e o projeto Dabucuri, do curso de Geografia da mesma instituição.

O projeto, que recebeu R\$ 50 mil em premiação, é parte de um trabalho de mestrado do ecólogo Diego Ken Osoegawa, mestrando em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade pela Ufam. O “Nuya’rlitua” consiste na estruturação sustentável de uma cadeia produtiva da exploração da piaçava no município. “De forma geral, a fibra é associada à produção de vassouras, mas há uma série de possibilidades de aproveitamento desse produto”, explica o pesquisador.

A ideia surgiu de uma demanda das comunidades indígenas do rio Xié, naquele município, que pretendiam transformar a produção da piaçava em fonte de renda. Cinco alunos da Licenciatura Indígena e membros da comunidade colaboraram com o levantamento de estratégias de mapeamento, áreas de cultivo e produção de material didático para os indígenas. “Não se trata de um projeto feito para indígenas, mas por indígenas”, destaca o pesquisador.

A sugestão foi encaminhada à coordenadora do curso de Licenciatura Indígena, Ivani Farias, que endossa as palavras do mestrando. “Nós tratamos as pessoas como sujeitos que elas são e não como objeto de pesquisa”, destaca Farias, acrescentando que o projeto pode pôr fim a uma dura realidade enfrentada pelos indígenas. “Nos últimos anos, havia uma exploração muito grande por parte de dois regatões, na extração dessa fibra. Até as crianças não iam mais para a escola, porque tinham que ajudar os pais nesse trabalho”, critica.

A situação não é nova, tampouco localizada. No primeiro semestre de 2014, uma operação realizada pelo Ministério Público do Trabalho resgatou 13 pessoas em condições análogas à de escravos trabalhando na extração de piaçava em duas comunidades rurais entre os municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, no norte do estado do Amazonas, a cerca de



Meta é criar uma associação sem fins lucrativos para promover a cadeia produtiva

50mil

foi o valor da premiação concedida ao ecólogo pelo primeiro lugar

400 quilômetros da capital Manaus. De acordo com o MPT, os trabalhadores resgatados eram submetidos a jornadas excessivas e servidão por dívida e ficavam alojados em construções improvisadas no interior da floresta Amazônica, sem condições de segurança e higiene.

Cultural

Desde pequeno, Oseogawa admirava-se com o sistema de trocas praticado entre os indígenas, baseado nas relações de confiança. “Não é uma troca de produtos, mas de afetos que incentiva os laços familiares. Dessa forma, promovemos a valorização dos valores não-materiais. Esse é o princípio básico do Nuya’rlitua”, diz.

Apesar disso, a produção da fibra de piaçava ainda é atividade pouco representativa na economia do município. Em Manaus, o valor da fibra é quatro vezes maior que em São Gabriel da Cachoeira, onde o quilo da piaçava é vendido a R\$ 1. Aliado a isso, as despesas com

transporte tornam o comércio do produto pouco vantajoso. “Aos poucos, a produção de farinha, por exemplo, acabou ganhando destaque, pois o trabalho poderia ser realizado dentro da própria comunidade”, analisa Oseogawa.

A tarefa agora é institucionalizar, por meio de assembleias gerais, a criação de uma associação sem fins lucrativos para promover a cadeia de produção da piaçava. “A ideia é aprofundar discussões e procurar formas de produção mais qualificadas. Buscaremos expandir e implementar ações que possibilitem a entrada da piaçava no mercado internacional”, afirma o mestrando.

Para a orientadora do trabalho, professora Ivani, a iniciativa só alcançará êxito se contar com a participação efetiva da comunidade. “Reverter a situação de uma relação de trabalho que vinha sendo feita e ao mesmo tempo fortalecer a associação indígena é tarefa deles, com eles e para eles”, disse. “Nenhum projeto pode ser feito de forma isolada quando se trabalha com povos indígenas”, completou.

Para a docente, o prêmio dá novo fôlego a uma área da ciência geralmente preterida nas premiações. “É uma luz para as ciências humanas que sempre foram relegadas: elas podem não contribuir com a economia, mas tem participação efetiva na formação política do país”.

O projeto conta com o apoio de entidades como Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam) e Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (Foirn).

Entrevista

O interesse privado desestimula a **sensibilidade crítica** na universidade, segundo docente

Nesta entrevista o professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Flávio Henrique Albert Brayner discorre sobre os impactos sofridos pela universidade com a sobreposição dos “interesses

individuais” ao interesse público e o desestímulo que a tentativa de comparação entre educação e produção acarreta para a sensibilidade crítica. Flávio Brayner esteve à frente da palestra “A Universidade que temos e a que não queremos”, pro-

ferida durante o 4º Encontro das Seções Sindicais da Região Norte 1, do ANDES-SN realizado, em Manaus, entre os dias 29 e 30 de abril. Brayner faz um alerta ainda sobre os perigos da produtividade acadêmica.

No artigo “A universidade que não queremos” o senhor afirma que o mais indesejável futuro para a universidade é a transformação da mesma de um lugar do “como pensar” em outro, o do “como fazer”. Na greve docente de 2015, a Ufam vivenciou a sobreposição dos interesses políticos individuais aos coletivos, suplantando o debate e a busca de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Como o senhor avalia essa situação?

Ao defender a universidade do “como pensar”, não estou, para iniciar a conversa, oferecendo regras para o “bem pensar” ou um “método” de se abordar a realidade. Muito menos definindo os conteúdos deste pensar (o quê pensar), que restarão, felizmente, matéria aberta e submetida à pluralidade dos pontos de vista e interesses sociais. Faço apenas o contraponto entre meios e fins da vida universitária. A universidade, diferentemente da produção fabril, não é o lugar do como fazer (técnica) ou, para usar um termo mais sofisticado, da “razão instrumental”; mas o lugar institucional (e esta institucionalidade precisa ser discutida, porque ela produz a diferença entre saber e conhecimento) onde nos afastamos da facticidade da vida ordinária (o mundo da produção e da troca) para pensar se os fins que desejamos e projetamos para nossas ações, inclusive técnicas, são desejáveis. Quer dizer, o lugar onde supostamente dispomos de meios judicativos e conceituais capazes de nos oferecer critérios e balizas para a avaliação moral dos fins e suas consequências sociais. Por isto, uma universidade não pode ser senão “pública”, como aponte no artigo. Mas quando os “interesses individuais” (“naturalmente” presentes em qualquer instituição, na verdade) se sobrepõem ao interesse público, o “Bem Comum” republicano, o risco que corremos é o de que os

“Meios” se tornem a força hegemônica de nossa razão de ser e não tenhamos mais condições de julgamento moral dos Fins. O interesse privado suprime da universidade seu sentido republicano; desestimula a sensibilidade crítica ao imaginar que educação e produção são compatíveis.

Em 2015, ainda durante a greve, a Ufam sofreu um duro ataque contra a sua Autonomia. Um grupo de docentes contrários ao movimento impediu, através de decisão judicial, a suspensão das aulas, prejudicando diversos estudantes. Em sua opinião, artifícios como a judicialização adotada na Ufam têm relação com a substituição dos fins pelos meios, sendo os fins formatados apenas para esconder os meios?

Quando trocamos os fins pelos meios, é porque abrimos mão de nossas utopias para viver o reino do “eterno retorno” do mesmo. Não há mais futuro com suas promessas de reconciliação, há um eterno presente sobre o qual alimentamos a ilusão de mudança com a ideia de “inovação” técnica, que não tem mais nada a ver com a emergência do “novo”, do insólito, do não pensado, da ruptura. Assim, segundo aspecto, não precisamos mais de “crítica”. Se a crítica era aquilo que se situava entre um passado a ser superado, um presente a ser denunciado e um futuro a ser anunciado, numa época em que o “presentismo” domina nossa relação com o tempo, a universidade deixa de ser formadora, para ser apenas produtora (de bens a produtos eternamente “inováveis” e eternamente consumíveis). É o fim também da política, substituída pela tecnocracia! A judicialização da política é apenas o primeiro passo de retirar a política de sua esfera “normal”, a praça pública, e confiná-la na decisão “técnica” (jurídica) e nas mãos de especialistas. A política se torna

uma atividade supérflua e indesejada porque produtora de dissensos e conflitos.

Para a universidade quais devem ser os impactos políticos futuros do desaparecimento da “crítica”, da “democracia” e do “público” fomentado pelo mundo novo que a universidade ajudará a nascer?

Trazer a democracia para o interior da universidade foi uma proeza de nossa modernidade tardia (e 1968 tem muito a ver com isto!), reduzindo hierarquias, horizontalizando pedagogias, discutindo a validade de seus conteúdos e, sobretudo, abrindo a universidade para a sociedade (extensão). Tudo isto terá fim com a junção de tecnocracia com meritocracia, concepção que ganha cada vez mais adeptos em nosso meio. E as pessoas que serão educadas neste novo modelo, provavelmente o acharão tão legítimo como nós o achamos detestável. De qualquer forma, ele faz parte de um “Admirável Mundo Novo” que está surgindo, com sua linguagem, sua relação com a realidade, com seus projetos de subjetivação.

No aspecto político quais são os riscos de uma “universidade que não pensa”?

Pensar é, de certa forma, romper com os automatismos de nossas habituais respostas aos estímulos que aparecem no horizonte social. É tomar um susto consigo mesmo, uma “ad-miração”, um voltar a se encantar e se assustar com o mundo que supúnhamos “natural”, “já dado”. Quanto à uma “universidade que não pensa”, deixo para os leitores a conclusão...

Professor: Flávio Henrique Albert Brayner

Formação: Pós-doutor em Ciências da Educação pela Université de Paris VIII-Saint Denis e professor da Universidade Federal de Pernambuco.

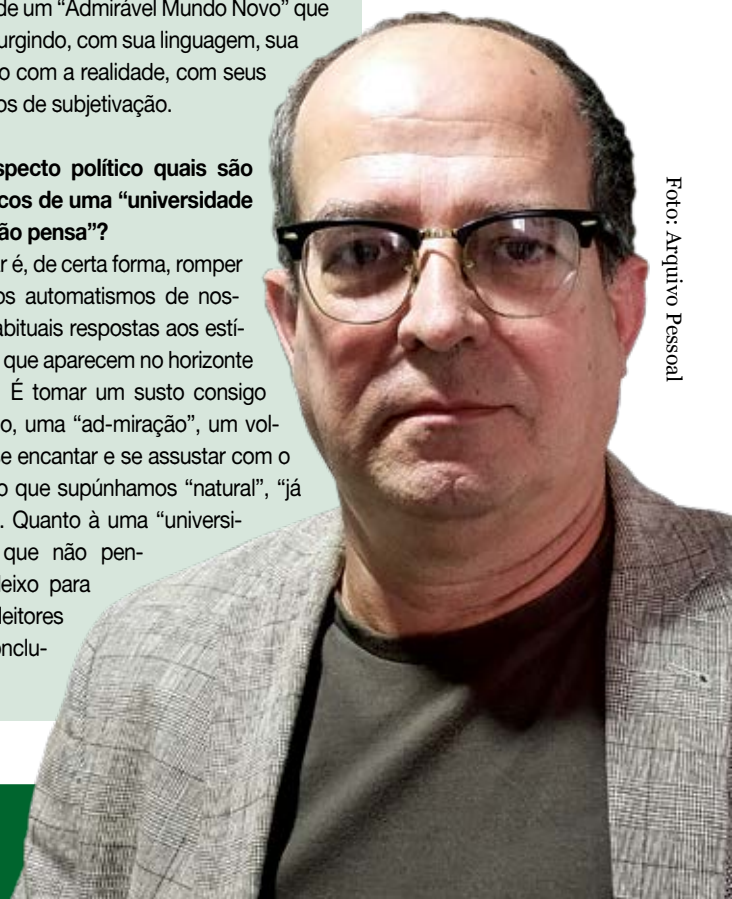


Foto: Arquivo Pessoal

Internacional

O respeito: essa rara qualidade

Carolina Vásquez Araya

Todos nascemos em circunstâncias diferentes, com um código genético único, um ambiente determinado pelo momento específico quando começa nossa percepção do mundo e no modo como chegamos a ele.

Assim sendo, nossa forma de apreender o entorno é diferente para cada um de nós e isso marcará nossa perspectiva das coisas. Não obstante, por absurdo que pareça, a história nos ensinou como essas diferenças básicas são forçadas a se fundir e se perder numa organização social específica cujas normas, costumes e tradições nos são impostas de maneira categórica e definitiva.

Por essa razão, o fato aparentemente simples de abrir a mente para compreender em toda sua dimensão a complexidade do pensamento de outros, seus conflitos, suas aspirações e seus temores, se nos apresenta como uma tarefa para a qual não estamos preparados. Dessa incapacidade vital deriva série de patologias sociais capazes de marcar profundamente todas nossas relações humanas: o ódio, o ressentimento, a intolerância, o preconceito, o racismo e a discriminação.

Deser a morte de outro ser humano – e perpetrar o ato de privá-lo de sua vida – é uma das manifestações extremas dessa forma de ver o mundo como um monólito de pedra, fincado numa verdade unidi-



mensional e fechada, como é a nossa. É como quem só vê a árvore e ignora a existência do bosque, uma maneira bem prática, mas, perigosa de depositar em um só elemento toda a força da negação.

Nesta rigidez de um sistema social fundado no predomínio da força e o poder de uns poucos está conformada a plataforma sobre a que se erguem as religiões, as ideologias e a organização econômica nas sociedades, o denominador comum de todos os tempos. As diferenças de pensamentos e de objetivos –um fator capaz de gerar conflitos de grande envergadura por sua capacidade para criar novas rotas e oferecer outras opções– converte-se de imediato em um objetivo a ser eliminado por qualquer meio, com o fim de manter a estabilidade do status quo.

Dai surge inevitavelmente uma relação de violência fundada, em geral, não só numa atitude de intolerância, senão, mais grave ainda, na absoluta falta de respeito par com o outro, suas motivações, seus

direitos e suas decisões. Isto dentro de uma sociedade cuja complexidade convida à polarização resulta extremamente difícil para enfrentar, porém, esse quadro se converte num barril de pólvora quando os fatores de divisionismo e discriminação partem do centro mesmo do poder político cuja missão deveria ser precisamente o de buscar e preservar a unidade e a concórdia entre os cidadãos.

O respeito pelo outro é um das atitudes pessoais das mais difíceis de ser executada. A tendência à violência racial, física, social ou psicológica nos foi inculcada desde a primeira infância, através de estereótipos profundamente enraizados no discurso cotidiano. Acreditamos na nossa verdade como se efetivamente fosse a única, sem deixar espaço para o diálogo nem para um gesto um pouco mais generoso de receptividade para com a verdade alheia.

Neste cenário em que a parte superficial de uma crise –a aparente, sem cuidar de investigar as causas que a original– convertem-se em política e o remédio se aplica pela força, os objetivos primários tais como a estabilidade, a reparação do tecido social, a redução das desigualdades e o respeito pelos direitos humanos são conceitos absolutamente fora de discussão.

Carolina Vásquez Araya é jornalista, analista política e editora. Confira o artigo na íntegra no site da Adital (<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=88670>)

NACIONAL

Pós-Golpe

Rubens Casara

Golpe, por definição, é um estratagema, um ardid, uma manobra ilegítima. Assim, por exemplo, a utilização de um cheque (uma ordem de pagamento prevista na legislação brasileira) é legítima, mas utilizar um cheque sem fundos para lesar o patrimônio de uma outra pessoa é um golpe.

Da mesma maneira, a utilização da forma jurídica “impeachment” para derrubar um governante eleito sem que exista um fato concreto que encontre adequação típica entre os “crimes de responsabilidade” é um golpe, por mais que juristas de ocasião (os chamados de “juristas de estimação das corporações midiáticas”), que sempre aparecem em contextos golpistas, busquem justificar aos olhos de uma população desinformada (desinformação, em grande medida, produzida por esses mesmos meios de comunicação) a ruptura com as regras do jogo democrático.

Agora, para além do golpe, impõe-se pensar as consequências desse movimento na realidade brasileira, em especial diante da possibilidade, uns dias mais concreta, outros mais distante, do pedido de impeachment ser acolhido.

O jurista e filósofo italiano Luigi Ferrajoli, ao analisar a crise política, social e ética italiana (que se seguiu, como efeito colateral não desejado, à operação “Mãos Limpas”), fez uma importante análise dos riscos à democracia dos “poderes selvagens” na obra *Poteri selvaggi*. La crisis della democrazia italiana.

Procurar-se-á aqui, com as adequações necessárias ao contexto brasileiro, e a partir do que aconteceu na Itália após a operação que serviu



de modelo à Lava-Jato (operação de combate à corrupção que acabou instrumentalizada pelos defensores do golpe nos meios de comunicação, nas elites econômicas, no Poder Judiciário, no Poder Executivo e no Poder Legislativo), apresentar um prognóstico do que espera a sociedade brasileira no pós-golpe.

Da desconstitucionalização do poder De início, salta aos olhos a desconstitucionalização tanto do sistema político quanto das esferas social e cultural, mas sobretudo, o que se revela fatal para o paradigma do Estado Democrático de Direito, do sistema de justiça, que a partir do desenvolvimento do processo golpista deixou claro o abandono do sistema de vínculos legais impostos a qualquer poder, inclusive ao próprio poder jurisdicional (pelos mais variados motivos, que não cabe aqui desenvolver, instaurou-se uma espécie de “vale tudo” argumentativo e utilitarista, no qual os fins afirmados pelos atores jurídicos – ainda que distantes da realidade – justificam a violação dos meios estabelecidos na própria Constituição da República, bem como das formas e das substâncias que constituem o Estado Democrático de Direito).

Em linhas gerais, pode-se afirmar que ao lon-

go desse processo ficou constatada a progressiva desconsideração, ou mesmo a eliminação, dos valores constitucionais das consciências de grande parcela do povo brasileiro, inclusive dos atores jurídicos. Abriu-se as portas para os chamados “poderes selvagens”, poderes sem limites ou controles.

Abandonou-se o paradigma do Estado Democrático de Direito (democracia constitucional), no qual existem limites intransponíveis ao exercício do poder e à onipotência das maiorias de ocasião.

As maiorias, no Estado Democrático de Direito, seja a maioria parlamentar, seja a maioria da população, estão submetidos a limites e vínculos substanciais (conteúdos previstos na Constituição da República), ou seja, existem coisas que as agências estatais (legislativo, executivo e judiciário) e o cidadão estão proibidos de fazer e outras coisas que eles estão obrigados a fazer, independentemente dos beneficiários e dos prejudicados com essas ações e omissões ditadas pela Constituição da República.

Infelizmente, o desenvolvimento do processo de impeachment em desacordo com o regramento constitucional acabou por revelar que ações e omissões em contrariedade aos direitos e garantias constitucionais estabelecidos foram praticadas ou, ao menos, toleradas pelo Poder Judiciário, que, no modelo do Estado Democrático de Direito, deve(ria) atuar como garante da democracia constitucional. No pós-golpe, portanto, não há razão para confiar no funcionamento constitucionalmente adequado do Poder Judiciário e das demais instituições públicas no controle dos poderes econômicos ou políticos.

Rubens Casara é doutor em Direito e membro da associação de Juizes pela democracia, Rio de Janeiro. Confira o texto na íntegra no site da Adital (<http://site.adital.com.br/od=88692>)

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E
DESPESAS DE 03/11/2015 A 30/11/2015

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	104.280,93	104.327,76	100,00%
1.1	RECEITAS	104.280,93	104.327,76	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	100.758,30	100.867,10	96,68%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	3.506,73	3.437,56	3,30%
1.1.3	Receitas com Reprografia	15,90	23,10	0,02%
2	SAÍDAS	52.132,67	108.825,34	100,00%
2.1	PESSOAL	14.140,53	20.997,55	19,29%
2.1.1	Salários	11.375,53	10.100,10	9,28%
2.1.2	13o Salários	-	8.132,45	7,47%
2.1.3	Vale Transportes/Alimentação	2.765,00	2.765,00	2,54%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	-	10.972,80	10,08%
2.2.1	Contribuição INSS	-	8.914,14	8,19%
2.2.2	Contribuição FGTS	-	1.468,64	1,35%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	-	183,58	0,17%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	-	406,44	0,37%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	6.387,80	5.262,40	4,84%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.682,00	1.422,00	1,31%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	-	800,00	0,74%
2.3.3	Serviços de Limpeza/Manutenção	875,00	875,00	0,80%
2.3.4	Serviços Administrativos/Jornalista	3.830,80	1.915,40	1,76%
2.3.5	Serviços de Confecção de Faixas/Cartazes	-	250,00	0,23%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	5.797,62	7.373,62	6,78%
2.4.1	Serviços de Assessoria Jurídica - PJ	4.000,00	4.000,00	3,68%
2.4.2	Serviços de Manutenção de Home Page	221,62	221,62	0,20%
2.4.3	Serviços Contábeis	1.576,00	3.152,00	2,90%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	-	41.812,19	38,42%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	-	29.471,20	27,08%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	-	4.207,20	3,87%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	-	2.357,70	2,17%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	-	5.776,09	5,31%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	-	13.105,41	12,04%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	-	7.334,61	6,74%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	-	3.300,00	3,03%
2.6.3	Despesas com Hospedagens	-	2.470,80	2,27%
2.8	BENS DE CONSUMO	25.779,02	4.073,50	3,74%
2.8.1	Telefone	638,64	532,92	0,49%
2.8.2	Correios/Malotes	-	1.047,60	0,96%
2.8.3	Taxi, Fretes e Onibus	-	8,00	0,01%
2.8.4	Combustível	350,00	250,00	0,23%
2.8.5	Materiais de Expediente/Limpeza	225,00	-	0,00%
2.8.6	Materiais de Elétricos/Hidráulicos	-	281,01	0,26%
2.8.7	Assinatura de Revistas/Jornais	-	71,40	0,07%
2.8.8	Refeições e Lanches (Copa/Cozinha)	-	92,57	0,09%
2.8.9	Despesas com Greve	24.339,73	1.790,00	1,64%
2.8.10	Assinatura Provedor/Internet	225,65	-	0,00%
2.9	RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS	-	715,80	0,66%
2.9.1	Restituições n/mês	-	715,80	0,66%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	27,70	4.512,07	4,15%
2.10.1	IRRF S/Aplicações	-	4.079,73	3,75%
2.10.2	Despesas Bancarias/Juros e Multa	27,70	432,34	0,40%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		428.306,86	480.455,12	
RECEITAS		104.280,93	104.327,76	
DESPESAS		(52.132,67)	(108.825,34)	
RESULTADO OPERACIONAL		480.455,12	475.957,54	
Banco do Brasil S/A C/C		71.139,08	70.673,45	
Aplicação Banco do Brasil		373.854,24	373.213,51	
CAIXA		91,61	193,23	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		445.084,93	444.080,19	

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E
DESPESAS DE 01/12/2015 A 31/12/2015

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	104.327,76	77.123,72	100,00%
1.1	RECEITAS	104.327,76	77.123,72	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	100.867,10	73.326,70	95,08%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	3.437,56	3.700,92	4,80%
1.1.3	Receitas com Reprografia	23,10	96,10	0,12%
2	SAÍDAS	108.825,34	82.361,80	100,00%
2.1	PESSOAL	20.997,55	20.110,65	24,42%
2.1.1	Salários	10.100,10	12.258,79	14,88%
2.1.2	13o Salários	8.132,45	-	0,00%
2.1.3	Abono Natalino	-	1.865,00	2,26%
2.1.4	Férias	-	3.221,86	3,91%
2.1.5	Vale Transportes/Alimentação	2.765,00	2.765,00	3,36%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	10.972,80	8.798,88	10,68%
2.2.1	Contribuição INSS	8.914,14	7.024,00	8,53%
2.2.2	Contribuição FGTS	1.468,64	1.422,52	1,73%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	183,58	177,81	0,22%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	406,44	174,55	0,21%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	5.262,40	6.094,80	7,40%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.422,00	1.182,00	1,44%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	800,00	1.000,00	1,21%
2.3.3	Serviços de Limpeza/Manutenção	875,00	1.997,40	2,43%
2.3.4	Serviços Administrativos/Jornalista	1.915,40	1.915,40	2,33%
2.3.5	Serviços de Confecção de Faixas/Cartazes	250,00	-	0,00%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	7.373,62	6.397,62	7,77%
2.4.1	Serviços de Assessoria Jurídica - PJ	4.000,00	4.000,00	4,86%
2.4.2	Serviços de Confecção de Faixas	-	600,00	0,73%
2.4.3	Serviços de Manutenção de Home Page	221,62	221,62	0,27%
2.4.4	Serviços Contábeis	3.152,00	1.576,00	1,91%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	41.812,19	18.782,53	22,81%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	29.471,20	14.719,84	17,87%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	4.207,20	1.177,59	1,43%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	2.357,70	-	0,00%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	5.776,09	2.885,10	3,50%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	13.105,41	16.285,84	19,77%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	7.334,61	11.647,69	14,14%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	3.300,00	900,00	1,09%
2.6.3	Despesas com Hospedagens	2.470,80	3.738,15	4,54%
2.8	BENS DE CONSUMO	4.073,50	5.503,58	6,68%
2.8.1	Telefone	532,92	155,40	0,19%
2.8.2	Correios/Malotes	1.047,60	-	0,00%
2.8.3	Taxi, Fretes e Onibus	8,00	1.133,90	1,38%
2.8.4	Combustível	250,00	100,00	0,12%
2.8.5	Materiais de Elétricos/Hidráulicos	281,01	113,80	0,14%
2.8.6	Assinatura de Revistas/Jornais	71,40	-	0,00%
2.8.7	Refeições e Lanches (Copa/Cozinha)	92,57	281,67	0,34%
2.8.8	Despesas com Greve	1.790,00	3.700,00	4,49%
2.8.9	Assinatura Provedor/Internet	-	18,81	0,02%
2.9	RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS	715,80	357,90	0,43%
2.9.1	Restituições n/mês	715,80	357,90	0,43%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	4.512,07	30,00	0,04%
2.10.1	IRRF S/Aplicações	4.079,73	-	0,00%
2.10.2	Despesas Bancarias/Juros e Multa	432,34	30,00	0,04%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		475.957,54	471.459,96	
RECEITAS		104.327,76	77.123,72	
DESPESAS		(108.825,34)	(82.361,80)	
RESULTADO OPERACIONAL		471.459,96	466.221,88	
Banco do Brasil S/A C/C		70.673,45	64.075,36	
Aplicação Banco do Brasil		373.210,08	377.224,43	
CAIXA		193,23	56,72	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		444.076,76	441.356,51	

Cinema

Cine & Vídeo Tarumã **exibe obras** preteridas pelos cinemas de Manaus

Os cinéfilos locais que lamentaram a não exibição dos filmes ‘Mapas para as Estrelas (2015)’, ‘O Ruído do Gelo’ (2010) e ‘101 Reykjavik’ (2001), em Manaus, tiveram a oportunidade de apreciar as três obras, em abril deste ano, através das sessões gratuitas do projeto Cine & Vídeo Tarumã, atividade de extensão do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Amazonas, que ocorre sempre às 12h30, no auditório Rio Negro, do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL). O filme “Mapas para as Estrelas”, do diretor canadense David Cronenberg abriu a rodada de exibições no dia 4 de abril. A obra conta a história da jovem Agatha Weiss, recém-chegada a Los Angeles e que conhece Jerome Fontana, um motorista de limusine que sonha se tornar ator.

No dia 6 do mesmo mês foi a vez do filme



“O Ruído do Gelo”, do diretor francês Bertrand Blier, que conta a história de um homem visitado pelo próprio câncer. No enredo, o câncer se muda para a casa do personagem. Uma ótima casa, perto de Mimes, na França, onde vive um escritor que adora beber sete ou oito garrafas de vinho branco por dia.

Foto: Anderson Vasconcelos



Fechando a programação, o Cine & Vídeo Tarumã apresentou no dia 8 de abril o filme “101 Reykjavik” do diretor islandês Baltasar Kormákur. A obra narra a vida de Hlynur, um homem de 30 anos

que ainda mora com a mãe em Reykjavik, capital islandesa. Desempregado ele passa seu tempo bebendo, navegando na Internet e vendo pornografia. A chegada da professora espanhola da mãe de Hlynur, para passar o natal, vai tirar o jovem da rotina, dando a ele uma nova perspectiva das coisas.

Vale a pena ver

Título Original: Retorno a Ítaca
Gênero: Drama
País de Origem: França
Ano: 2014



O diretor francês Laurent Cantet despontou de vez ao ganhar a cobiçada Palma de Ouro por Entre os Muros da Escola, em 2008. Seis anos mais tarde, ele mantém o foco no drama social em seu mais recente trabalho, Retorno a Ítaca, mas com um detalhe importante: ao invés da realidade francesa, ou até europeia, Cantet aponta a câmera para o dia a dia em Cuba. E, ao contrário da alegria e cor que se vê habitualmente em produções estrangeiras rodadas na ilha de Fidel, esta surpreende ao demonstrar um profundo conhecimento sobre o estado de espírito da população local.

A história se passa basicamente no terraço de uma casa em Havana, onde cinco amigos de longa data se encontram para festejar o retorno de um deles, Amadeo, que mora na Espanha há 16 anos. Em meio à nostalgia dos bons tempos da juventude, com direito à inevitável constatação do quanto cada um deles envelheceu, emergem rusgas do passado. O cenário, mesclando a beleza da praia próxima aos prédios decadentes que, volta e meia, enfrentam o crônico problema da falta de luz, é um reflexo do que é Cuba nos dias atuais: um misto de sonho e desilusão. Assim também são todos os personagens principais, cada um à sua maneira.

À medida que a conversa entre os amigos avança, as marcas (e mágoas) do passado vêm à tona. É interessante notar a analogia que Cantet faz entre a história

e o título do longa-metragem, uma referência à “Odisseia” de Homero, onde Odisseu levou 10 anos para regressar à sua terra natal, Ítaca. O mesmo acontece com Amadeo, que agora sente a necessidade de retornar aos seus pares para que possa retomar uma vida perdida, onde sonhava em se tornar escritor. A busca pela criatividade ausente é também a procura por um país repleto de sonhos, onde a crença do socialismo imperava e a esperança pelo futuro ainda existia. Nos dias atuais, o anúncio do retorno para ficar feito pelo amigo autoexilado causa espanto: “por que?”, diz um deles. “Você está maluco?”, diz outro.

É neste momento que o roteiro, escrito a quatro mãos pelo próprio Cantet e o autor cubano Leonardo Padura, ganha ares bem críticos em relação ao que se tornou Cuba. As frustrações causadas pela vida regida pelo regime de Fidel Castro vêm à tona, a conversa torna-se cada vez mais pesada e sombria ao mesmo tempo em que o companheirismo entre os velhos amigos renasce. Discordando uns dos outros em certos aspectos, mas ainda assim juntos. Como se cada um servisse de apoio ao outro, em uma realidade onde os problemas se multiplicam à medida que a desilusão aumenta.

No fim das contas, Retorno à Ítaca apresenta um panorama bastante abrangente e revelador sobre o estado de espírito da população cubana, seja ela a que viveu o auge do socialismo na ilha ou a que, hoje na adolescência/início da vida adulta, em nada mais acredita.

Francisco Russo é jornalista e crítico de cinema brasileiro. Confira o texto na íntegra no site AdoroCinema (<http://www.adorocinema.com>)

Vale a pena ler

Obra: O Pomar das Almas Perdidas
Autor: Nadifa Mohamed
Editora: Tordesilhas
Ano: 2016
Número de Páginas: 296
Valor: R\$ 39,90



A África quase sempre nos chega em flashes. Entre uma notícia e outra na TV, surgem aquelas rápidas imagens de gente castigada pela fome, crianças negras doentes, cenas de atentados terroristas que logo se embaralham com a notícia seguinte. Primeiro livro de Nadifa Mohamed publicado no Brasil, O pomar das almas perdidas, de certa forma, nos obriga a realmente pôr o pé na África. Mais precisamente em Hargeisa, uma das cidades mais importantes da Somália.

Três mulheres – a menina Deqo, a jovem Filsan e a viúva Kawsan – nos conduzem pelo mundo do qual costumamos nos livrar em rápidas “zapeadas”. Porém, capturados por Nadifa, acompanhamos o horror de guerras civis que tão pouco ibope rendem no frenético noticiário internacional. A escrita sensível desta britânica nascida na Somália expõe terror e violência, mas – sem melodramas – nos faz cúmplices de um povo sofrido, gente de fibra.

Percorremos as ruas de Hargeisa, seu mercado, prisões, lares e puteiros. Filsan, Kawsan e Deqo nos empurram para o front cotidiano. Deqo foi parida e abandonada pela mãe num campo de refugiados. Seu sonho é ganhar um sapato e, para tal, tem de se apresentar na manifestação populista para celebrar o ditador de plantão. Dá tudo errado. A garota, duramente espancada, é defendida por Kawsan, mulher de idade que se vê presa por desacato à autoridade. Na delegacia, ela apanha da

soldada Filsan, fiel ao “governo revolucionário”. A moça quase aleija Kawsan.

Essas três mulheres se encontram, perdem-se e se reencontram numa cidade dividida entre a ditadura e o iminente caos de nova guerra civil. A menina órfã dorme ao relento, encontra o arremedo de lar junto a prostitutas que se chamam Stálin e Karl Marx. A viúva Kawsan volta para casa, inválida, dependente dos solidários vizinhos e da jovem empregada que sonha se tornar modelo como as belas celebridades de revistas de fofoca. Filsan se mete em operações militares desastrosas e cruéis. Logo percebe que seu brilhante futuro depende dos “favores” sexuais a generais.

Num dos momentos mais impressionantes do romance, Deqo se refugia na mansão abandonada por milionários que escapam das milícias que passam a comandar Hargeisa. Enquanto assiste a um programa de auditório na TV, a menina acompanha o fuzilamento de um homem na rua. Tem nas mãos um pacote de pirulitos, daqueles que fazem a festa de meninos ricos, e dorme sob a luz azul da telinha. Quando acorda, decide espantar os cachorros que fuçam o cadáver estirado na porta da casa. A pequena Deqo, com imenso esforço, consegue enterrar o homem. Arranca um maço de flores de buganvília rosa e a planta sobre a cabeça dele.

Inspirado em fatos ocorridos no país africano em 1987, O pomar das almas perdidas não é um romance de heroínas. Muito menos flerta com maniqueísmos rasos ou melodramas.

Ângela Faria pertence à redação do Estado de Minas. Leia o texto na íntegra no site: <http://divirta-se.uai.com.br>

COLUNA FALA JURÍDICO

É possível a conversão em pecúnia de licença prêmio não usufruída

Em ação ajuizada pelo servidor público federal aposentado J.P.L, por intermédio da Assessoria Jurídica da Adua, o juízo da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas julgou procedentes os pedidos no sentido de declarar o direito do autor à conversão em pecúnia da licença prêmio não usufruída e não contada em dobro para fins de aposentadoria, condenando o DNIT ao pagamento do valor referente à conversão em pecúnia. A licença prêmio, prevista no art. 87 da Lei nº 8112/90, consistia em uma licença de três meses, concedida com a remuneração do cargo efetivo, a título de prêmio por assiduidade, após o servidor completar um quinquênio ininterrupto de efetivo exercício. A licença por assiduidade foi extinta em 15/10/1996 com a entrada em vigor da Medida Provisória nº 1.522/96, porém àqueles servidores que houvessem completado quinquênios nesta data restou assegurado o direito adquirido a tais períodos serem usufruídos, contados em dobro

Progressão/Promoção – Interstício acumulado

Os docentes da Universidade Federal do Amazonas têm buscado orientações junto à ADUA acerca da concessão das progressões e promoções por interstícios retroativos acumulados.

Os requerimentos administrativos formulados nesse sentido têm sido negados pela administração pública, em razão de entendimento manifestado no Parecer nº 09/2014/DEPCONSU/PGF/AGU e no Parecer nº 205/2014/PF-FUA/PGF/AGU, bem como na Nota Técnica nº 849/2009/COGES/DENOP/SRH/MP e Nota Técnica nº 115/2013-COLEP/CGGP/SAA/SE/MEC.

Segundo tais diretrizes, somente é permitido aos docentes solicitar um período por vez, tendo em vista que a cada portaria de concessão inicia um novo interstício, o que tem causado enormes prejuízos aos servidores em termos financeiros e de carreira.

Consultada a Assessoria Jurídica da ADUA, a mesma entende que a Lei nº 12.772/2012, com as alterações realiza-

para aposentadoria ou convertidos em pecúnia no caso do falecimento do servidor.

No caso em comento, o autor, servidor público federal aposentado do quadro de pessoal do DNIT, comprovou que possuía 4 (quatro) períodos de licença prêmio por assiduidade não usufruídos, nem contados em dobro para fins de aposentadoria. Assim, a autoridade julgadora entendeu que “não obstante a ausência de previsão legal é firme o posicionamento do STJ no sentido de ser devida a conversão em pecúnia da licença prêmio não gozada e não contada em dobro, por ocasião da aposentadoria do servidor, sob pena de locupletamento por parte da administração pública”. A mesma ação pode ser movida para o docente que não usufruiu sua licença prêmio por assiduidade e nem contou em dobro para fins de aposentadoria. Para tanto, basta que o docente compareça à sede da ADUA com cópia de seu processo de aposentadoria. Alertamos que o prazo prescricional para judicializar a questão começa a correr a partir da publicação da portaria da aposentadoria.

das pela Lei nº 12.863/2013, assegura aos servidores o pleno direito à progressão e à promoção funcionais, não podendo a Universidade criar óbice ao seu exercício, levando em conta somente as normas administrativas citadas acima, “uma vez que a lei não veda o requerimento de mais de um interstício, a conduta adotada pela Ufam fere os critérios legais da carreira dos docentes (princípio da legalidade) e desrespeita os limites do Poder Regulamentar”, disse a advogada Auxiliadora Bicharra.

Desta forma, a ADUA, por intermédio do Escritório Jurídico Gomes e Bicharra Advogados Associados, ajuizou ação coletiva sob o nº 0004703-50.2016.4.01.3200, que está tramitando na 1ª. Vara da Seção Judiciária do Estado do Amazonas, visando coibir o ato ilegal praticado pela Universidade, de maneira a assegurar aos sindicalizados o direito à progressão e promoção nas carreiras do Magistério Superior, uma vez preenchidos os requisitos da legislação, cujos efeitos funcionais e financeiros devem retroagir à época em que foram satisfeitas as exigências legais.

Comentários



Patricia Melo Sampaio

Demanda é antiga. Estava presente nas eleições para a reitoria em 2005 mas era proposta por apenas uma das 4 chapas que

concorriam naquele momento. Não era considerada “pauta prioritária” ou então era “de difícil execução”. Enquanto isso, os dramas cotidianos continuam sendo só daqueles que precisam da creche que ainda não tem... (repercussão de matéria sobre “Estudantes demandam criação de creche e fraldário na Ufam”)



Antonio P. Oliveira

Parabéns!! Torço para ser vitoriosa!! Que fortaleça ainda mais a ADUA, o ANDES e a CSP-CONLUTAS. (sobre a inscrição da chapa

Adua Combativa para concorrer a diretoria da ADUA no biênio 2016-2018)



Vitor Benitah

Tive a imensa satisfação de estudar com os 2. Excelentes profissionais. (sobre o debate “Ética, Lei e Política na

Atual Conjuntura” promovido pelo Movimento Educar para a Cidadania e que contou com a presença do Procurador-chefe do MPF-AM Edmilson Barreiros e do representante da OAB-AM, Guilherme Benek)



Karina Mirian É um programa completo de desmantelamento!!

(Sobre o PLP 257/16, que prevê congelamento salarial e demissões no serviço público)



Cleusa Mello

Ótima proposta!! Parabéns! (sobre o projeto que prevê a instalação de dez bicicletários na Ufam)



Érika Almeida

Significado importante esta homenagem da ADUA às mulheres através da professora Selda Vale, em particular pela sua importância nas ciências sociais na Amazônia, e pela sua coerência política. Não lembro de nenhum movimento paredista de que participei, como estudante, que a Selda não estivesse apoiando e ajudando a construir o movimento. Parabéns pela homenagem!! (sobre a homenagem à professora Selda Vale pelo Dia Internacional da Mulher)